

Agentes e agências no ocaso da ditadura empresarial militar e a reedição do “Milagre”*

Monica Piccolo Almeida**

Esse artigo propõe-se a analisar as principais diretrizes da política econômica brasileira no último governo da Ditadura Empresarial Militar Brasileira. Parte-se da hipótese de que a condução da política econômica esteve voltada para a tentativa de reedição dos níveis de crescimento alcançados durante o período do “milagre econômico”. O eixo central da investigação centrar-se-á na trajetória dos agentes e das agências responsáveis pela definição dos rumos da economia nacional durante o governo Figueiredo. Tal opção justifica-se pela orientação teórica que estrutura o trabalho na qual o Estado é pensado a partir da matriz conceitual gramsciana que o conce-

Introdução

Esse trabalho propõe-se a investigar as principais diretrizes da política econômica ao longo do governo Figueiredo a partir da investigação das agências e dos agentes responsáveis pela condução da política econômica brasileira, como o Ministério da Fazenda, o Minis-

* As considerações aqui apresentadas foram desenvolvidas ao longo das pesquisas realizadas no projeto “Organização, Indexação, Informatização e Publicização do Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002), por mim coordenado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Maranhão (FAPEMA).

** Doutora em História. Prof. Universidade Estadual do Maranhão. monica.piccolo@uol.com.br

be enquanto Estado Ampliado e ceifado por conflitos entre os representantes das frações de classe inseridos na ossatura material do Estado que objetivam nacionalizar e naturalizar um determinado projeto.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-Militar; Política Econômica; Estado Ampliado

This article proposes to analyze the main economic policy guidelines in the last Government of the Brazilian Dictatorship Brazilian military Business. Part of the hypothesis that economic policy was focused on attempting to reprint growth levels achieved during the period of the “economic mira-

cle”. The central axis of the investigation will focus on the trajectory of the agents and agencies responsible for setting the direction of the national economy during the Government Figueiredo. Such option is justified by the theoretical guidance to the job structure in which the State is thought from the Gramscian conceptual matrix that conceives while Expanded State and cut down by conflicts between representatives of fractions of class entered on bones aimed State material nationalize and naturalize a particular project.

Keywords: Corporate-military Dictatorship; Economic Policy; Extended State

tério do Planejamento, o Banco Central e o Banco do Brasil. A construção desta linha analítica justifica-se pela opção teórica desse estudo. Aqui, está sendo proposto pensar o Estado a partir da matriz conceitual construída por Antônio Gramsci que o concebe enquanto Estado Ampliado¹.

A opção pelo arcabouço conceitual gramsciano distancia o estudo aqui apresentado daqueles que caracterizam o Estado brasileiro como uma engrenagem institucional que, diante do amorfismo da sociedade, moldou sua trajetória e garantiu o predomínio dos interesses da classe dominante que o controla sem qualquer tipo de conflito ou divergência. Assim, o Estado é apresentado como um bloco monolítico de órgãos, vazios de atores sociais e do qual as políticas públicas emanariam naturalmente.

Muito mais do que um Estado Patrimonialista, legado de nossa herança ibérica² ou então de uma “construção estatista da ordem” fruto da

¹ O conceito de Estado para Gramsci sofre a chamada “renovação e superação dialética” frente à obra de Marx e Lênin já que não é visto somente como um aparelho que garante a dominação da classe burguesa. Para o intelectual sardo, o Estado possui uma dupla dimensão: sociedade civil (Portadora material da figura social da hegemonia) e sociedade política (Estado em sentido Restrito ou Estado Coerção). Para maiores detalhes, ver GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

² FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Brasileiro. Rio de Janeiro:

ação de uma elite uniformemente moldada em Coimbra³ em função da qual a estadia seria uma caracterização mais adequada à sociedade brasileira do que a cidadania⁴ ou ainda aquela que, mesmo partindo de uma matriz gramsciana, enfatiza a “via prussiana” da modernização brasileira na qual o caráter forte e autoritário do Estado correspondeu à natureza amorfa e atomizada da sociedade⁵ – leituras que colocam o Estado como objeto e sujeito da história e a sociedade civil como passiva diante de tal Estado hipertrofiado – está sendo aqui proposto pensar o Estado Brasileiro a partir de uma matriz gramsciana que o concebe enquanto Estado Ampliado⁶. O modelo de Estado que se forjou, então, ele não é um mero desdobramento dos interesses de uma única classe. Ele é visto enquanto relação social que é fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil⁷ profundamente marcado pelos esforços de transformação do discurso e das práticas neoliberais em hegemônicos.

Na perspectiva teórica aqui postulada, as diretrizes históricas da política econômica brasileira durante a vigência da Ditadura Empresarial-Militar⁸ (fundamentais para a construção do cenário ideal para uma agen-

Editora Globo, 1989.

³ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem*. A Elite Política Imperial. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

⁴ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁵ VIANNA, Luis Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF, 2005, p. 07.

⁷ FONTES, Virgínia. *Reflexões Impertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005., p. 182.

⁸ Há um intenso debate entre os historiadores sobre a caracterização dos governos que chegaram ao poder, em abril de 1964, a partir da destituição do presidente João Goulart, democraticamente eleito. As interpretações variam entre “Ditadura de Segurança Nacional” (PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História & Luta de Classes*, nº 4, julho, 2007, p. 43-49), regimes hegemonicamente controlados pelos militares (FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº47, 2004, p. 29-60.

da neoliberal nos anos noventa), foram plasmadas pelos conflitos entre os sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil. Na tentativa de nacionalizar, naturalizar e hegemônizar seus projetos, demandas e interesses, esse agentes assumiram cargos de destaque nas principais agências do Estado Restrito.

Assim sendo, na análise das agências e dos agentes responsáveis pela condução da política econômica brasileira entre 1979 e 1985, procurar-se-á investigar quem são os atores integrantes desses sujeitos coletivos organizados; a qual classe ou fração de classe encontram-se organicamente vinculados e, principalmente, qual projeto que pretendem tornar hegemônico.

I. A Vitória do “Crescimento a Qualquer Custo”

A composição da nova equipe econômica responsável pelo controle sobre as principais agências definidoras dos rumos da política econômica nacional deu-se através da incorporação de importantes nomes do Governo Geisel. Como Ministro da Fazenda assumiu Karlos Rischbieter que havia sido presidente do Banco do Brasil no período 1977 e 1979 e cuja atividade iniciou-se na esfera estadual como superintendente do Centro Industrial de Aratu, entre 1962 e 1966 e depois como Secretário da Indústria e Comércio da Bahia entre 1966 e 1971. Com o fim do governo Castelo Branco, Karlos Rischbieter pediu demissão dos cargos que exercia no governo e retornou à

_____. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987) e “Ditadura Empresarial Militar” (DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987). Compartilha-se, aqui, da análise de René Dreifuss que, orientado teoricamente pelos escritos de Gramsci, e a partir de um exaustivo trabalho empírico, sustentou a hipótese de que no movimento que destituiu João Goulart houve uma intensa e determinante participação dos intelectuais orgânicos da classe dominante que, inseridos no complexo IPES/IBAD, foram determinantes não só na organização do golpe como também na montagem e condução da ossatura material do Estado que a partir de então passou a controlar o país.

iniciativa privada. Assume a Fazenda no momento da posse de Figueiredo mas em janeiro de 1980 foi substituído por Ernane Galvêas que fica no cargo até a posse de Sarney em março de 1985.

No Ministério do Planejamento, dois titulares ocuparam o cargo durante os cinco anos do Governo Figueiredo. Inicialmente, Mário Henrique Simonsen que havia ocupado o Ministério da Fazenda entre 1974 e 1979. Mas, apenas cinco meses depois, foi substituído por Delfim Neto que, assim como ocorrido no Ministério da Fazenda, ocupa a Pasta até o final do governo.

As inovações ocorreram nas presidências do Banco do Brasil e do Banco Central: Oswaldo Roberto Colin assumiu o Banco do Brasil, em 1979, e foi o único membro que permaneceu em seu cargo até o final do governo Figueiredo. A maior rotatividade, entretanto, pode ser encontrada entre os titulares do Banco Central. A presidência foi ocupada por Carlos Brandão que, todavia, assim como Simonsen, permaneceu no cargo por apenas cinco meses, sendo substituído por Ernani Galvêas em agosto de 1979. Galvêas, assim como seu antecessor, permaneceu no cargo por apenas cinco meses. Mais duas alterações foram ainda realizadas na presidência do BACEN: em janeiro de 1980, houve a nomeação de Carlos Langoni. Em 1983, nova nomeação. Agora, assumia a presidência Affonso Pastore.

Quadro I: Agentes controladores das principais Agências responsáveis pela condução da política econômica do Governo Figueiredo⁹

	Ministro da Fazenda	Ministro do Planejamento*	Presidentes do Banco do Brasil	Presidentes do Banco Central
João Baptista Figueiredo 15/03/79 a 15/03/85	Karlos Rischbieter 15/03/79 a 17/01/80	Mário Henrique Simonsen 15/03/79 a 10/08/79	Oswaldo Roberto Colin 16/03/79 a 17/03/85	Carlos Brandão 15/03/79 a 17/08/79
	Ernane Galvêas 17/01/80 a 15/03/85	Delfim Neto 15/08/79 a 14/03/85		Ernane Galvêas 17/08/79 a 17/01/80
				Carlos Langoni 18/01/80 a 02/09/83
				Affonso Pastore 02/09/83 a 14/03/85

*Entre 11/04/79 e 15/08/79 a presidência do Conselho Monetário Nacional foi exercida pelo Ministro do Planejamento. As datas aqui apresentadas como início e fim de mandato se referem ao dia de publicação da nomeação e da exoneração no Diário Oficial.

Fonte: Os dados aqui apresentados foram colhidos em diversos sites do Governo Federal. Elaboração própria.

Com a composição da equipe inicial condutora das principais agências definidoras dos rumos da política econômica do Governo Figueiredo, a opção pelo ajuste fiscal baseado no corte de investimento e controle da dívida externa pareceu que iria, enfim, transformar-se no projeto hegemônico.

Mário Henrique Simonsen¹⁰ assumiu a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a presidência do Conselho Monetário Nacional e a supervisão

⁹ Para uma relação completa entre agentes/agência, trajetória política e atuação nos aparelhos privados de hegemonia, ver anexo I.

¹⁰ Principais obras publicadas por Mário Henrique Simonsen: Notas sobre o problema do capital estrangeiro no Brasil (1975); Sobre economia e política econômica (1961); A experiência inflacionária brasileira (1964); Teoria microeconômica (1967-1969, 4 v.); Brasil 2001 (1969), Novos aspectos da inflação brasileira e Inflação — gradualismo x tratamento de choque (1970); A nova economia brasileira (em co-autoria com Roberto Campos); Brasil 2002 (1972); A teoria do crescimento econômico (1973), Macroeconomia (1974,2v.); A experiência brasileira de planejamento (1974); Macroeconomia (1989), Ensaios analíticos (1994); 30 anos de indexação (1995).

das atividades da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Interministerial de Preços.

No Planejamento, a atuação profissional de Mário Henrique Simonsen, autor da fórmula salarial do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)¹¹, reflete sua inserção na fração de classe dominante do grande empresariado nacional e também do setor financeiro. Juntamente com Júlio Bozano, fundou a firma de serviços financeiros Bozano Simonsen & Cia. Ltda., posteriormente Banco Bozano Simonsen, com sede no Rio de Janeiro. Entre 1962 e 1963, foi diretor da Credisan — Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e durante vários anos atuou como membro do conselho de administração da Mercedes-Benz do Brasil e do conselho consultivo da Companhia de Cigarros Sousa Cruz (1968-1974). Ao longo desse período, mais especificamente a partir de 1969, foi vice-presidente do Banco Bozano Simonsen de Investimento e das demais empresas do grupo Bozano.

Após a saída do Ministério da Fazenda, em 1979, foi convidado a participar do conselho do Citicorp, *holding* controladora do Citibank, o maior banco credor do Brasil, função que exerceu até 1995. Retomou também suas atividades na área empresarial, assumindo em março de

¹¹ Diante de um quadro de elevados níveis inflacionários e de redução do PIB, a política econômica do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que até então vinham estruturando a política econômica brasileira. Tendo como objetivo central conciliar o binômio crescimento e redução da inflação, o PAEG estruturava-se no tripé reforma fiscal, reforma monetária e reforma salarial.

Conter o processo inflacionário e retomar os níveis do desenvolvimento econômico do biênio 1962/63 eram os objetivos centrais do PAEG. Ao mesmo tempo, defendia a correção das tendências a déficits descontrolados do balanço de pagamentos que estrangulava a capacidade de importar. Para tal, a política financeira presente no Plano, propunha (i) a redução do déficit de caixa governamental como forma de reduzir as pressões inflacionárias; (ii) o fortalecimento da capacidade de poupança nacional através da disciplina do consumo e das transferências do setor público; (iii) o fortalecimento da arrecadação tributária; (iv) a estabilização dos preços sem que houvesse a retração do nível da atividade produtiva ou a redução da capacidade de poupança das empresas; (v) o estímulo ao crescimento através de uma política bancária que viabilizasse o fortalecimento do sistema de crédito; (vi) o fortalecimento da infraestrutura econômica e social através de vultosos investimentos públicos (Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, 1964, p. 15-16).

1980 a vice-presidência do conselho de administração da Companhia Bozano Simonsen, Comércio e Indústria. No mês seguinte, reassumiu o lugar que já ocupara no conselho consultivo da Mercedes-Benz, participando ainda do conselho de administração do Banco do Estado do Rio de Janeiro. Em junho de 1981, tornou-se membro do conselho de administração da Monteiro Aranha S.A. e, a partir de março do ano seguinte, do conselho consultivo da Schering do Brasil. Foi também conselheiro da Companhia de Cigarros Sousa Cruz, da Xerox do Brasil e da Philips do Brasil¹².

A orientação defendida por Simonsen em defesa da redução dos gastos públicos e de controle inflacionário sofria grande oposição dos chamados “desenvolvimentistas”: Delfim Neto (Ministro da Agricultura que posteriormente substituiu Simonsen) e Mário Andreazza (Ministro do Interior). O embate, porém, durou pouco. Em agosto de 1979, Delfim Neto assumiu o Ministério do Planejamento e a o projeto de reedição do “Milagre Econômico”¹³ ou do “crescimento a qualquer custo” passou a conduzir a política econômica governamental.

O início do Governo Figueiredo foi, na realidade, uma continuação do Governo Geisel. No momento em que ficou claro ao novo Presidente que caberia a ele fazer o que era desagradável e que Geisel não tinha conseguido fazer apesar de toda sua autoridade, foi fácil ao general Presidente optar por fazer sua própria política tentando reviver a aura do período Médici, entregando ao Ministro Delfim Neto a tarefa de reali-

¹² Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. CPDOC-FGV, verbete Mário Henrique Simonsen. Disponível em www.cpdoc.fgv.br.

¹³ O “Milagre Econômico” havia sido marcado pelo acelerado crescimento do PIB (11,4% me média entre 1968 e 1973) favorecido pela ocupação da capacidade ociosa herdada do período anterior, rápida expansão do comércio mundial, pelo crescimento sincronizado das economias industriais, elevação dos preços dos produtos primários e, principalmente, pela liquidez do sistema monetário internacional. Diante de tal quadro, apresentavam-se três alternativas: ajustamento macroeconômico recessivo (redução da demanda interna); crescimento com endividamento e, por fim, ajustamento estrutural (endogeneizar o ciclo, dinamizar o crescimento e interiorizar a produção de capital). CAMPOS, Adriana Fiorotti. O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e a sua posterior privatização. *Raízes*, ano XVIII, nº. 19, maio 1999, p. 49-64.

zar, agora sim, um milagre econômico. Entre agosto de 1979 e outubro de 1980, o país experimentou sua última tentativa de ignorar a crise externa, agora agravada pelo novo choque do petróleo e pela elevação vertiginosa do custo do endividamento externo¹⁴.

Delfim Neto¹⁵ iniciou sua trajetória no aparelho de Estado ainda no Governo Dutra. Em 1948, começou a trabalhar no Departamento de Estrada e Rodagens (DER), por indicação de Roberto Campos, integrou em 1965 o Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), órgão de assessoria à política econômica do governo, e o Conselho Nacional de Economia. Sua primeira nomeação para um posto executivo na área econômica ocorreu com a ascensão de Laudo Natel ao governo de São Paulo, logo após a cassação do mandato de Ademar de Barros em 5 de junho de 1966. Nessa ocasião, o Governo Federal assumiu para si a indicação de nomes para três cargos decisivos da administração paulista: a Secretaria de Segurança, ocupada pelo general Augusto Fragoso, o comando da Força Pública, entregue ao coronel João Batista Figueiredo, e a Secretaria da Fazenda, cuja chefia passou a Delfim Neto, mais uma vez indicado pelo ministro Roberto Campos. Em sua curta gestão, encerrada junto com o governo Natel em janeiro de 1967, defendeu a diminuição do déficit do estado, exercendo ainda influência direta na formação das Centrais Elétricas de São Paulo e na viabilização financeira do projeto hidrelétrico de ilha Solteira. Permaneceu no cargo até sua nomeação como Ministro da Fazenda em 1967 quando passou a ser a principal figura do “milagre econômico”.

¹⁴ CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso Cem anos de política econômica republicana (1989-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.309.

¹⁵ Principais obras publicadas por Delfim Neto: Além de inúmeros artigos, foi coautor de O trigo no Brasil (1958), O mercado do açúcar no Brasil (1958), O problema do café no Brasil (1959, e 1979), Alguns problemas da agricultura brasileira (1965), Alguns aspectos da inflação brasileira (1965), Agricultura e desenvolvimento (1966), Vinte anos de substituição do café brasileiro (1966), Planejamento para o desenvolvimento econômico (1966), Só o político pode salvar o economista (1986), Moscou, Freiburg e Brasília (1990) Crônica do debate interdito (1998).

A trajetória do Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter¹⁶, também remonta a outros governos da Ditadura Empresarial-Militar. Após o término do governo Castelo Branco, em 1967, Rischbieter pediu demissão da presidência do Instituto Brasileiro de Café e retornou à iniciativa privada, tornando-se diretor da Pafisa Crédito Financiamento e Investimento e diretor-gerente da Paraná Comércio Administração S.A., *holding* de propriedade de Leônidas Bório, assim como ele, ex-presidente do IBC. Exerceu a profissão de administrador financeiro nessa empresa até fevereiro de 1972, foi presidente da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE), de 1977 a 1979, presidente do Conselho Administrativo da Volvo do Brasil S.A., de 1980 a 1994 e da MPM Propaganda S.A e também membro do Conselho Administrativo de diversas empresas nacionais e estrangeiras, como Ericsson, Philip Morris, Artex S.A. (Blumenau, SC), Refripar (Curitiba), Climax (São Carlos, SP), Sicom (São Carlos, SP), Lacta (São Paulo), Fiat Lux (Curitiba), e participou do conselho da Brasilinvest e do banco Bamerindus (Curitiba).

Em abril de 1996, foi eleito representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração do Banco do Brasil. Nesse período, afastou-se das atividades que exercia em outras empresas e tornou-se membro do Conselho Administrativo da Sadia, da cooperativa Batavo. Assim como Simonsen, também era sócio proprietário, não de um banco, mas de uma grande empresa, a Franca¹⁷.

Em agosto de 1979, o Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, defensor de medidas de contenção do gasto público para o ajuste da economia, foi substituído por Delfim Neto, defensor de políticas expansionistas. Como Ministro Chefe da SEPLAN, Delfim criou a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) que, chefiada por Carlos Viacava, passou a controlar a Comissão de Financiamento à Produção (CFP).

¹⁶ Obras publicadas por Karlos Rischbieter: *Fragmentos de Memória* (Travessa dos Editores, 2008); Paul Garfunkel — um francês no Brasil (edição bilingue francês-português, 1992), biografia ilustrada sobre a trajetória artística de seu sogro, e foi tradutor de obras do poeta alemão Rainer Maria Rilke.

¹⁷ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Karlos Rischbieter. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

O diretor desta, Paulo Viana, ligado ao ministro Rischbieter, foi substituído por Francisco Vilela, indicado pela SEPLAN. A SEAP passou a controlar a ação do Conselho Interministerial de Preços, antes vinculado à pasta da Fazenda, a Secretaria Especial de Controle das Estatais (SEST), chefiada por Néelson Mortada, e a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM). A área de atuação da SEAP demonstrava, assim, a força da SEPLAN e, principalmente, de Delfim Neto.

Pretendendo aliviar os déficits no orçamento nacional e no balanço de pagamentos, Delfim promoveu mudanças no sistema tributário, eliminou grande parte dos subsídios e atualizou as tarifas do setor público, mantendo, entretanto os incentivos à exportação e à agricultura. Considerava a existência de quatro causas básicas para a inflação: o excesso de gastos do governo, a pequena oferta de alimentos no mercado interno, o preço do petróleo importado e a política de reajustes semestrais de salários, implantada em novembro de 1979.

Essa mudança na equipe econômica colocou Karlos Rischbieter mais próximo a Simonsen, em rota de colisão com o novo ministro do Planejamento. O Ministro da Fazenda assumiu em um contexto de aceleração inflacionária, aumento de taxas de juros internacionais e de ascensão do movimento grevista na região do ABC paulista. Seus dez meses de gestão foram marcados por divergências com setores financeiros e com membros da equipe econômica sobre as medidas a serem tomadas para a adaptação da economia ao novo contexto interno e externo. Em janeiro de 1980, Karlos Rischbieter entregou ao presidente Figueiredo um relatório confidencial de cerca de 20 laudas analisando a situação econômica do país e expondo seus pontos de vista sobre as perspectivas da economia e as medidas econômicas a serem implementadas. Criticou o excessivo endividamento externo do estatal, e defendeu uma política de estímulos às exportações e controle das importações, prevendo um quadro “sombrio” caso não fossem adotadas medidas urgentes de ajuste fiscal, das contas externas, e de contenção dos gastos governamentais. O relatório traçava ainda um quadro pessimista para 1980 e afirmava que o país precisaria de receitas de 41,1 bilhões de dólares para pagamento

das dívidas, quando suas exportações deveriam atingir apenas 16,9 bilhões de dólares, o que por sua vez ocasionaria graves problemas futuros de balanço de pagamentos. Alertou contra os riscos da excessiva dependência da política econômica em relação aos recursos externos, contra a pouca atenção dada pelo governo à área social e preconizou a necessidade de uma melhor distribuição de renda para a adoção de um modelo de desenvolvimento autossustentado pelo país. Contrariando a estratégia do Ministro Delfim Neto, Rischbieter apontava para um quadro pessimista no cenário internacional que deveria continuar até pelo menos 1984.

O vazamento desse relatório para a imprensa causou grande repercussão nos meios empresariais e políticos e tornaram públicas as divergências na equipe governamental sobre os rumos a serem traçados pela política econômica¹⁸ Rompia-se, pelo menos momentaneamente, o consenso que até então havia predominado entre os condutores da política econômica desde o movimento de 1964. Para restaurá-lo, Ernani Galvêas, que havia sido Presidente do Banco Central durante o período em que Delfim Neto esteve à frente do Ministério da Fazenda, substituiu Rischbieter. A posse de Galvêas na Fazenda, assim, refletia o fortalecimento do novo Ministro do Planejamento como principal condutor da política econômica.

Originário do Espírito Santo, Galvêas, era funcionário de carreira do Banco do Brasil, onde iniciou sua vida profissional em 1942. Formado em contabilidade e com graduação e mestrado em economia, nos anos cinquenta foi superintendente da SUMOC e nos anos sessenta exerceu a função de assistente econômico do Ministério da Fazenda e passou a representá-lo na SUDENE e na SUNAB em 1962. Após a destituição de Goulart, voltou a atuar no Banco do Brasil quando foi nomeado diretor da Carteira de Comércio Exterior.

Em função de suas estreitas ligações com Delfim Neto, Galvêas voltou a assumir cargos públicos no Governo Figueiredo. Em maio de 1979 assumiu a presidência do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de

¹⁸ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Karlos Rischbieter. Disponível em www.cpdoc.fgv.br.

Capitais e em agosto retornou à presidência do Banco Central. Cinco meses depois, porém, deixou o BACEN e assumiu a pasta da Fazenda. Atuou nos aparelhos privados de hegemonia em dois momentos distintos de sua trajetória: engenheiro da Sociedade Comercial Construtora entre 1949 e 1951 e consultor econômico da Confederação Nacional de Comércio em 1991.

Sua participação profissional, assim, teve maior destaque no setor público do que no privado. Foi vice-presidente Aracruz Celulose em 1974 e membro de seu conselho consultivo em 2008, membro do Conselho Consultivo da Intercontinental Empreendimentos (1975) e Acionário minoritário da Cobesa, empresa de consultoria e investimento. Nunca chegou a assumir qualquer cargo político-partidário, apesar de sua filiação ao PDS em 1980¹⁹.

Na presidência do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin, catariense, bacharel em Direito e funcionário de carreira do Banco do Brasil, representou um sólido ponto de apoio para o governo no front internacional quando, em setembro de 1982 o México decretou moratória. A partir de então, a agência do Banco do Brasil de Nova York transformou-se no principal guichê de pagamentos do país no exterior. Colin manobrava discretamente junto ao Banco Central até a chegada de ajuda do FMI. Seu apoio às orientações da política econômica conduzida por Delfim Neto garantiu sua permanência no cargo.

A estabilidade do Banco do Brasil não se reproduziu na condução do Banco Central. Dos quatro presidentes nomeados durante o Governo Figueiredo, o primeiro deles foi Carlos Brandão. Mineiro, sem curso superior, com formação técnica em administração, liderança executiva, controle monetário e execução orçamentária, Brandão foi funcionário de carreira do Banco do Brasil. Em 1957 foi designado secretário-geral da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Em 1969, a convite de Ernani Galvêas (então presidente do Banco Central) assumiu a gerência da dívida pública da Instituição.

¹⁹ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Ernani Galvêas. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

Na presidência do BACEN defendeu a implementação, organização e regulamentação da operação financeira denominada *open market*, com o objetivo de fortalecer o mercado de títulos públicos e cobrir o déficit do Tesouro Nacional através da constituição de reservas monetárias e da regularização dos meios de pagamento. Elaborou uma emenda à Constituição para permitir o giro da dívida pública e participou da redação de anteprojetos que resultaram em leis que criaram as letras do Tesouro Nacional e disciplinaram a negociação da dívida pública mobiliária da União, o endividamento dos estados e a negociação de títulos do Tesouro Nacional. Rejeitou o tabelamento dos juros e propôs que o Banco Central restringisse sua atuação ao controle da moeda. No seu entender, não cabia à instituição o papel de banco fomentador da economia, sugeriu a utilização de taxas de redesconto de liquidez e do *open market* como forma de garantir uma política monetária eficiente. Defendeu, ainda, a desregulamentação do sistema financeiro e o fortalecimento do sistema financeiro privado com o objetivo de assegurar a solidez e a ampliação da poupança interna, de forma a acompanhar o ritmo de desenvolvimento do país. Ao defender a proibição do Banco Central de emitir moeda, associada ao ordenamento das finanças públicas e à redução da presença do Estado na economia, acreditava que haveria o controle da inflação.

A trajetória profissional de Carlos Brandão foi marcada pela atuação em bancos públicos e privados. Em 1946 foi admitido no Banco Hipotecário Agrícola, logo depois, passou a atuar como investigador de cadastro do Banco Itaú. Na condição de diretor financeiro do Banco do Brasil, integrou a Comissão Consultiva de Mercado de Capitais, o conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), o conselho do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (FIPEC) do Banco do Brasil e o conselho consultivo do Programa Nacional de Crédito Educativo — ligado aos Ministérios da Fazenda e da Educação e Cultura. Presidiu o colegiado e assumiu a diretoria executiva do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), criado por decreto.

Após deixar a presidência do Banco Central, incorporou-se à diretoria do Banco Econômico. Em 1985 tornou-se membro do Conselho de Recur-

dos do Sistema Financeiro Nacional. Integrou os conselhos do IBMEC, de diretores do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (IBPS) e de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Foi ainda diretor do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro.

Sua atuação nos aparelhos privados de hegemonia iniciou-se pelo Centro de Pesquisa do Cacau. Atuou também no conselho de administração da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA)²⁰, órgão que assumiu a presidência em 1982 e depois no período 1989-2002. Neste posto, criticou a forma sigilosa como foram encaminhadas as negociações entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), defendeu a desvinculação da correção monetária do câmbio e advertiu sobre a importância do *open market* como instrumento regulador do fluxo de recursos internos. Em 1987, tornou-se presidente da Associação Promotora de Estudos de Economia (APEC), diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais, vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras e Diretor da Associação Promotora de Estudos de Economia (APEC).

As ideias de Carlos Brandão em relação à importância do *open market* levaram a incompatibilizá-lo com o Ministro da Fazenda Karlos Rischbieter. A saída de Simonsen e a posse de Delfim Neto no Planejamento o enfraqueceram ainda mais, levando a sua substituição por Ernani Galvêas na presidência do Banco Central. Os conflitos entre o Karlos Rischbieter e Delfim, promoveram a saída de Galvêas do Banco Central e sua ida para a Fazenda. Assim, uma nova substituição ocorreu na presidência do BACEN. Agora, foi nomeado Carlos Geraldo Langoni que permaneceu na instituição até 1983²¹.

²⁰ A Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA) foi criada em 1971 e a partir de 1975 passou a ser denominada Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto. São associados da ANDIMA os bancos comerciais, múltiplos e de investimento, sociedades corretoras e distribuidoras de valores. Para maiores informações ver MINELLA, Ary Cesar. Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC. In: RAMPINELLI, Waldir Jose (org.). *No fio da navalha*. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997, p. 165-200.

²¹ DHBB, CPOC-FGV, verbete Carlos Brandão. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

Langoni, formado em economia com mestrado e doutorado nos Estados Unidos, iniciou em 1971 na carreira de docente, ministrando a disciplina Teoria e Política Monetária na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Também atuou como professor-pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP) foi Subdiretor técnico da EPGE de 1972 a 1973 e ocupou a direção da instituição entre 1973 e 1979. Após a saída do Banco Central, retornou à EPGE onde atuou como professor titular até 1989. Assumiu em 1989 a presidência da Projeta Consultoria Financeira S/C Ltda., empresa associada ao NM Rothschild de Londres. Ainda em 1989, tornou-se diretor do Centro de Economia Mundial da FGV. Em 2009, presidia a Projeta Consultoria Econômica Ltda., atuando como consultor em junto às quarenta maiores empresas do Brasil. Foi diretor do Centro de Economia Mundial e professor na Escola de Graduação em Economia, ambos da Fundação Getúlio Vargas. Atuou também como consultor sênior da Companhia Vale do Rio Doce e foi membro da diretoria da Souza Cruz.

Carlos Langoni iniciou sua participação nas agências estatais em 1970 quando passou a trabalhar no Instituto de Planejamento Econômico e Social, órgão ligado ao Ministério do Planejamento. Em 1979 ingressou no Banco Central na diretoria da área bancária. Diferentemente de Carlos Brandão, Langoni, em seu discurso de posse, criticou a reforma do sistema financeiro nacional por considerar que seriam suficientes algumas correções que assegurassem a linha de ação do governo de fortalecer os pequenos e médios bancos com vocações regionais. Defendeu o acesso dos países em desenvolvimento a fontes de recursos com prazos mais longos, ainda que arcando com o ônus de um custo mais elevado, propôs a ampliação da faixa de empréstimos relacionados a exportações e a projetos essenciais de substituição de energia importada, duas áreas que apresentariam um risco menor do que o financiamento de caráter geral e teriam um impacto favorável sobre a balança comercial. Descartou os empréstimos do FMI como solução para a rolagem da dívida externa brasileira, considerando-os escassos e de prazos reduzidos. Reiterou que o Brasil continuaria na dependência dos bancos privados no mercado do eurodólar para financiar o déficit em conta

corrente no balanço de pagamentos. Assim, condenava a política de restrições ao livre movimento de capitais e de bens de serviços. Diagnosticou a inflação brasileira como a expressão objetiva do déficit público e salientou a necessidade de integrar e harmonizar os orçamentos monetário, fiscal e das estatais, reduzindo radicalmente subsídios creditícios.

Em relação à dívida externa, Langoni opôs-se à proposta de sua renegociação por considerar que levaria à recessão devido aos possíveis cortes de crédito externo, essenciais ao funcionamento da economia nacional. Opunha-se também aos projetos de desenvolvimento que significassem industrialização a qualquer custo, pois, segundo afirmava, a recuperação das atividades econômicas dependeria dos resultados do combate à inflação e da estabilidade das taxas de juro internacionais. A má desvalorização da moeda nacional, ocorrida em fevereiro de 1983, foi a medida tomada para contornar a crise de estreitamento de liquidez que o país enfrentava desde junho de 1982, causada, sobretudo, pelas perdas sofridas pelas agências brasileiras no exterior no mercado interbancário e pela redução das linhas de crédito comercial.

Quando da moratória mexicana, alegou que no Brasil tal proposta teria como consequências a súbita redução das transações comerciais com o exterior e bloqueio a uma série de importações essenciais ao funcionamento da economia. Definiu que o Conselho Monetário Nacional teria o controle total do Banco Central sobre as operações de câmbio como meio de restringir ao máximo a remessa de recursos ao exterior e restabelecer uma indispensável liquidez que permitisse maior margem de manobra nas negociações da dívida.

Sua saída do Banco Central começou a ser delineada quando se recusou a assinar a terceira carta de intenções ao FMI por considerar inexecutáveis o ritmo e a forma de cumprimento das metas traçadas pelos ministros da Fazenda, Ernani Galvêas, e do Planejamento, Delfim Neto, especialmente no que se referia à redução da inflação e ao fim do déficit público. Na base do desentendimento com a equipe econômica estava a avaliação de que a crise da dívida era uma questão estrutural e não um problema passa-

geiro de liquidez. Em virtude dessas discordâncias, demitiu-se da presidência do Banco Central, em setembro de 1983, sendo substituído por Afonso Celso Pastore. Na reunião de despedida com diretores, defendeu a independência da instituição, nos moldes do Federal Reserve norte-americano²².

Nesse momento, predominava o diagnóstico (defendido principalmente por Delfim Neto) de que o principal problema a ser enfrentado era o do balanço de pagamentos e não o da inflação. A partir do segundo semestre de 1980, a política econômica esteve cada vez mais subjugada à busca do equilíbrio nas contas externas.

Sustentado pelo discurso de redução de seus gastos, o governo definiu também em junho de 1981 os critérios para a privatização de empresas estatais, excluindo da lista as que operavam em setores importantes para a segurança nacional, realizavam atividades de caráter monopolista, produziam insumos de importância estratégica ou asseguravam a presença nacional nos setores básicos da economia. Além disso, as empresas desestatizadas só poderiam ser vendidas a grupos brasileiros. Defendia-se, então, que o endividamento externo estaria ligado à possibilidade de desenvolvimento e o déficit surgiria basicamente do excesso de dispêndio das empresas estatais.

Afonso Pastore²³ assumiu a presidência do Banco Central em setembro de 1983. Último presidente do BACEN da ditadura militar, paulista e formado em economia com doutorado na USP, inicia sua atuação em agências no âmbito estadual e diretamente ligado ao então Ministro do Planejamento. Em 1966 assumiu o cargo de assessor de Delfim na secretaria

²² DHBB, CPDOC-FGV, verbete Carlos Langoni. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

²³ Obras publicadas por Afonso Pastore: Aspectos gerais da receita pública no Brasil (co-autoria, 1962); Alguns aspectos da inflação brasileira (co-autoria, 1965); Agricultura e desenvolvimento no Brasil (co-autoria, 1966); Inflação e política monetária no Brasil (1969); A oferta de produtos agrícolas no Brasil (1971); Análise financeira do Programa de Integração Social — PIS (co-autoria, 1971); O Programa de Integração Social e a mobilização de recursos para o desenvolvimento (1972); A oferta de moeda no Brasil (1973); A política monetária no Programa Brasileiro de Estabilização (1973); A agricultura e a política comercial brasileira (co-autoria, 1976); Exportações agrícolas e desenvolvimento econômico (1979).

da Fazenda do Estado de São Paulo. No ano seguinte, com a nomeação de Delfim Neto para o cargo de Ministro da Fazenda, integrou-se à equipe de assessores do novo ministro. Entre 1967 e 1973, participou da assessoria conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, com sede no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Ministério do Planejamento. Em março de 1979, durante a gestão do governador José Maria Marin, assumiu o cargo de secretário dos Negócios da Fazenda de São Paulo.

Durante o período em que esteve à frente do Banco Central, rejeitou medidas de choque e, diferentemente de seu antecessor, afirmou a disposição de seguir as diretrizes dos compromissos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e fez projeções de crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB) para os anos seguintes. Propugnou medidas de controle do processo inflacionário, considerando a redução do déficit público ponto fundamental para a solução dos problemas da economia nacional. Defendia, assim, uma nova ordem econômica mundial, na qual a renegociação da dívida contasse com a colaboração dos países ricos e do sistema financeiro internacional, com vistas ao crescimento do comércio exterior, à redução das taxas de juros e à suplementação dos recursos financeiros derivados do FMI e dos bancos centrais das nações industrializadas.

Apesar de identificar na política cambial de consecutivas desvalorizações da moeda nacional o principal fator estimulador do processo inflacionário, Pastore considerou impossível alterar a correção cambial pelo risco de agravar o processo recessivo e causar uma desindustrialização da economia. Defensor de um programa gradualista projetou uma recuperação econômica e uma retomada de investimentos em três momentos: em primeiro lugar, a recuperação da economia passaria pelo crescimento da agricultura e pelas exportações. O segundo passo seria a reativação da construção civil e do setor de bens de consumo. Em um terceiro momento — após três anos — haveria a queda de juros e a retomada de investimentos no país.

Sua atuação profissional esteve intimamente marcada pelo magistério. Em 1970, coordenou o grupo de pesquisas do IPEA e assumiu a coorde-

nação de pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), vinculado à USP. Em março do ano seguinte, tornou-se secretário-executivo do IPE, posto que ocuparia até março de 1976. Participou da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia durante os anos de 1971 e 1972. Nesse ano, integrou-se à Comissão de Pós-Graduação da FEA-USP, coordenando o curso de macroeconomia da faculdade até 1975. Em 1976, foi aprovado em concurso e tornou-se professor adjunto de econometria. Em 1978, foi promovido a professor titular e diretor da FEA-USP.

Pastore montou, após saída do BACEN, na capital paulista, o escritório de consultoria Pastore & Associados, para atender grandes empresários. Em novembro de 1985, tornou-se conselheiro consultivo da Caterpillar do Brasil. Em 2002, tornou-se membro do Conselho de Administração do Grupo Gerdau. A partir de 2006, dedicou-se ao seu escritório, o A. C. Pastore & Associados, especializado em análises macroeconômicas aplicadas.

Sua atuação nos aparelhos privados de hegemonia reflete suas ligações com os organismos econômicos mundiais e em muito pode explicar suas principais ideias, principalmente a insistência na necessidade de combater o déficit público, cuja existência atribuía a desarranjos decorrentes da presença do Estado na economia e à desordem financeira dos bancos estaduais. Nesse sentido, afirmou que o crescimento econômico do Brasil estaria condicionado à privatização das empresas estatais e à concretização de um novo acordo com os credores internacionais. Outra medida fundamental era a recuperação da poupança do setor público, mediante o corte de gastos públicos e a ampliação da receita tributária, por meio da elevação de alguns impostos. Entre 1973 e 1976, participou de atividades ligadas ao National Bureau of Economic Research, tendo sido membro do Comitê Organizador de Seminários na América Latina. Nesse período, foi diretor de pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. De 1974 a 1976, a convite do governo uruguaio e da United States Agency for International Development, assessorou o Uruguai em projetos de políticas de estabilização e balanço de pagamentos. Em 1975 e 1976, integrou-se ao *Board of Trustees do International Research Institut*, tendo participado dos

comitês executivo e de programas. Também atuou como Consultor do Comitê Empresarial Brasil- Estados Unidos ao longo do ano de 1977. Embora tenha se filiado ao PDS em 1980, à semelhança de outros membros desse grupo, não exerceu nenhum cargo político-partidário ²⁴.

III. A Derrota do “Milagre econômico”

A nova ordem mundial do pós II Guerra, sistematizada em Bretton Woods, baseava-se na premissa de que as correntes internacionais de capital privado eram não só improváveis, mas indesejáveis em grandes quantidades, uma vez que poderiam desencadear a instabilidade e a perda de controle das políticas econômicas internas. A partir de então, foram estruturados o FMI e o Banco Mundial com o intuito de aumentar a estabilidade, a capacidade de previsão e a presença do setor público no mercado internacional de capitais. Em 1945, como o Convênio Constitutivo do FMI apontava, o mundo não se opunha às restrições às afluências internacionais de capitais pelos Estados-nações. Entre 1956 e 1961 os ingressos de capitais constituem-se em investimento direto estrangeiro e consolida-se um novo padrão hegemônico de firma: as corporações multinacionais, com suas redes de sedes e filiais. A tarefa de fornecer capital privado aos países em desenvolvimento, todavia, ainda estava sob controle dos prestamistas oficiais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento²⁵.

No entanto, esse quadro de novo padrão de acumulação sofreu nova reversão entre os anos 1962 e 1967. No ano seguinte, todavia, inaugurava-se um novo período de ingressos em função da crise de sobreacumulação nos Estados Unidos e na Europa. Ao se produzir a primeira crise nos preços do petróleo (1973-74), os bancos encontravam-se em uma situação favorável, a ponto de absorver o excesso de liquidez internacional em forma de

²⁴ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Afonso Pastore. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

²⁵ CULPEPER, Roy. Retomada das afluências de capital privado para a América Latina: o papel dos investidores norte-americanos. In: FFRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, Stephany (org.). *Os fluxos financeiros na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 41-80.

petrodólares, que fluíam em grande quantidade dos países \exportadores de petróleo para os euromercados. Os empréstimos, agora, assumem um novo perfil: passaram a ser privados, contratados sem condicionalidades e a taxas de juros negativas e flutuantes. Assim, ainda segundo Culpeper, os bancos serviram-se do montante desses créditos para conceder empréstimos aos devedores dos países subdesenvolvidos. Esse comportamento dos bancos foi incentivado no mundo inteiro pelos funcionários governamentais e organismos internacionais como o FMI.

A elevação da taxa de juros nos Estados Unidos a partir de 1979 foi responsável pela inversão, de 1982 em diante, dos movimentos de entrada de capitais na América Latina, acentuando as fugas de capital e os déficits comerciais – o exemplo máximo desse processo foi a decretação da moratória mexicana. Iniciando, então, um processo de negociação da dívida externa dos países latino-americanos.

As duas questões centrais que afetavam a economia nos momentos finais da Ditadura Empresarial Militar, também estiveram presentes ao longo do Governo Sarney: o estrangulamento externo e o desequilíbrio das finanças públicas.

Na análise das negociações do Brasil com os credores internacionais nos anos 1980, Dionísio Carneiro e Eduardo Modiano²⁶ apontam uma série de características que foram definidoras para os rumos da economia brasileira, tais como a escassez de financiamento externo, a dificuldade de renovação de empréstimos e o déficit em conta corrente de US\$ 12,8 bilhões. A preocupação contínua com a base monetária e os altos níveis de taxas de juros internas para induzir a captação privada de empréstimos no exterior resultou numa desastrosa política de financiamento das necessidades do setor público através de vendas cada vez mais volumosas de títulos do governo ao setor privado. As políticas restritivas de outubro de 1980 provocaram, em 1981, o primeiro declínio do PIB real do pós-guerra. As

²⁶ CARNEIRO, Dionísio Dias ; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana (1989-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 323-346.

frustrações com o ajustamento externo em 1982 levaram ao reinício das conversações com o FMI. No ano de 1983, houve o sucesso do ajustamento externo e desequilíbrios internos. Em 1984 deu-se o relaxamento da restrição externa e a recuperação do crescimento da economia.

A política macroeconômica que prevaleceu entre 1981 e 1982 fora, assim, a redução das necessidades de divisas estrangeiras através do controle da absorção interna. Intentava-se a queda da demanda interna para tornar as exportações mais atraentes (política restritiva implantada em outubro de 1980). Assim sendo,

a política a ser seguida baseava-se na contenção salarial, no controle dos gastos do governo e no aumento da arrecadação, na elevação das taxas de juros internas e na contração da liquidez real, sem abrir mão do tratamento especial dado às atividades de exportação, energia e agricultura e às pequenas empresas²⁷.

Nesse sentido, a partir de dezembro de 1980, o eixo central da política econômica do governo foi o controle das despesas públicas, materializado através das seguintes determinações: i) limitação do crescimento nominal dos investimentos das empresas estatais em 66%; ii) centralização pelo Tesouro da administração dos recursos orçamentários dos órgãos da administração direta; iii) controle semanal do saldo das contas dos diferentes órgãos governamentais pela Comissão Financeira do Ministro da Fazenda; iv) elevação da carga tributária; v) restabelecimento do incentivo fiscal do crédito; vi) liberação das taxas de juros dos empréstimos. O saldo de tais políticas restritivas de demanda sobre o controle inflacionário foi pouco representativo.

Em que pese o caráter restritivo de tais medidas, o governo brasileiro não recorreu ao FMI em busca de apoio para as políticas de estabilização uma vez que “*parecia temer que o FMI demandasse drásticas mudanças em sua estratégia de ajustamento estrutural de longo prazo e restringisse sua liberdade em relação à política econômica*”²⁸.

²⁷ *Idem*, p.325.

²⁸ *Idem*, p. 327.

Recessão mundial e declínio da capacidade de importar de alguns novos consumidores de manufaturas brasileiras impediram a obtenção de um superávit comercial. A moratória do México impôs novas restrições ao crescimento econômico e na reunião em Toronto (agosto de 1982) foram retomadas as conversações com o FMI. No entanto, tais discussões não se materializaram em um aumento dos recursos financeiros das agências multilaterais. Um elemento complicador a este quadro foi o cenário eleitoral brasileiro²⁹. O governo tenta impedir que a ida ao FMI se tornasse um item da campanha eleitoral.

O financiamento do balanço de pagamentos para a segunda metade de 1982 e 1983 faria parte de uma operação de emergência (fundos de emergência) para evitar suspensões unilaterais de pagamento por carência de divisas.

Fundos de emergência para o resto de 1982 materializaram-se na forma de empréstimos de US\$ 1,5 bilhão do governo americano, de US\$ 500 milhões do Banco de Compensações Internacionais (BIS), e algo em torno de US\$ 2,3 bilhões em recursos de curto prazo de grandes credores privados, com o entendimento de que para o ano seguinte o fluxo máximo de financiamentos disponíveis ao Brasil

²⁹ Nas eleições de 1982, o PMDB elegeu nove governadores: Nabor Júnior (AC), Gilberto Mestrinho (AM), Gérson Camata (ES), Iris Rezende (GO), Wilson Martins (MS), Tancredo Neves (MG), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR), Franco Montoro (SP). O PDS elegeu 12 governadores: Divaldo Suruagy (AL), João Durval (BA), Gonzaga Mota (CE), Luís Rocha (MA), Julio Campos (MT), Wilson Braga (PB), Roberto Magalhães (PE), Hugo Napoleão (PI), José Agripino Maia (RN), Jair Soares (RS), Esperidião Amim (SC) e João Alves Filho (SE). Nas eleições para renovação de 1/3 do Senado Federal, o PMDB elegeu nove senadores: Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), José Ignácio Ferreira (ES), Mário Borger (GO), Marcelo Miranda (MS), Itamar Franco (MG), Hélio Gueiros (PA), Álvaro Dias (PR) e Severo Gomes (SP). No Rio de Janeiro, foi eleito o único governador fora do quadro desses dois partidos: Leonel Brizola (PDT). O PDS elegeu 14 senadores: Guilherme Palmeira (AL), Luís Vianna Filho (BA), Virgílio Távora (CE), João Castelo (MA), Roberto Campos (MT), Marcondes Gadelha (PB), Marco Maciel (PE), João Lobo (PI), Carlos Alberto (RN), Carlos Chiarelli (RS), Claudionor Roriz, Galvão Modesto e Odacir Soares (RO), Jorge Bornhausen (SC) e Albano Franco (SE). Assim como no cargo de governador, O único candidato eleito que não pertencia a nenhum dos dois partidos, foi Saturnino Braga pelo PDT no Rio de Janeiro. Na Câmara dos Deputados, das 479 vagas, o PDS conquistou 235, o PMDB 200, o PDT 23, o PTB 13 e o PT 18. Dados extraídos www.iuperj.br/doxa.

seria de US\$ 10,6 bilhões dos bancos privados, incluindo o refinanciamento, e US\$ 2 bilhões das instituições multilaterais³⁰.

O Conselho Monetário Nacional votou um compromisso formal de austeridade, o “Programa para o Setor Externo em 1983” que serviria de base para um novo acordo com o FMI. Previam-se, aqui, o crescimento em 9,5% das exportações e a redução de 17% das importações para obtenção de um superávit de US\$ 6 bilhões para 1983.

As eleições em 15 de novembro de 1982 adiaram o pedido formal de auxílio do governo ao FMI. Em 20 de agosto foi anunciado um programa de negociação da dívida que seria submetido ao FMI. O fundo da recessão, em 1983, acabou de intensificar a retomada das negociações entre o governo brasileiro e o FMI, principalmente através do envio das chamadas “Cartas de Intenções”, a primeira delas já em janeiro de 1983. O cumprimento das metas relacionadas com as contas externas (aumento de superávit) não impediu atrasos de pagamento na ordem de US\$ 2,3 bilhões uma vez que a entrada líquida de capitais como parte do programa de renegociação não se materializou.

Internamente, o quadro foi distinto: aceleração progressiva da inflação, indexação do serviço da dívida pública impediu a redução das necessidades nominais de financiamento do setor público. Três meses após a aprovação formal do programa de estabilização, o FMI suspendeu o desembolso de US\$ 2 bilhões. As metas para a política fiscal baseadas na desindexação salarial (previstas na terceira Carta de Intenção, de setembro de 1983), foram rejeitadas pelo Congresso. Dois meses depois, uma nova Carta foi enviada pelo governo brasileiro na qual era estabelecido um novo critério de desempenho fiscal, denominado resultado operacional do setor público.

O ano de 1984 apresentou um cenário diverso. A restrição externa da economia brasileira reduziu-se em função da recuperação da economia

³⁰ CARNEIRO, Dionisio Dias, MODIANO, Eduardo. *Op. cit.*, p. 329.

norte-americana. Em fevereiro, a direção do FMI atendeu ao pedido brasileiro de novo *waiver*, aceitando a alegação de que o não cumprimento de diversos critérios de desempenho fora motivado pela interrupção na entrada de recursos externo. Na quinta Carta, enviada em 15 de março de 1984, foram propostas metas menos restritivas e que vigoraram por seis meses. Agora, era prevista a redução da inflação à taxa equivalente à metade da taxa anual de 1983. No entanto, em setembro, uma nova Carta propôs outra alteração dos tetos em função do descompasso entre inflação efetiva e projeção.

As novas perspectivas de crescimento da economia brasileira modificaram o padrão de negociações entre o Brasil e o FMI. Na sétima Carta de Intenção, de janeiro de 1985, havia a clara busca de um acordo de recalculamento das amortizações, similar ao ocorrido com o caso mexicano. No entanto, o não cumprimento das metas para as necessidades nominais de financiamento e o déficit operacional do setor público (estabelecidas na sexta Carta), postergaram as negociações até a posse do novo Governo.

Considerações Finais

A tentativa de reedição do “milagre econômico”, materializada na substituição de Mário Henrique Simonsen por Delfim Neto insere-se nas disputas entre os projetos defendidos pelos agentes que se encontravam no controle do Estado Restrito durante o Governo Figueiredo. Tendo como objetivo ressuscitar os níveis econômicos do Governo Médici, o último dos generais presidentes promove, a partir de agosto de 1979, uma inflexão nas principais orientações da política econômica. Altera-se, assim, a composição do chamado “núcleo duro” dos condutores da economia brasileira.

A chegada de Delfim Neto à condução do Ministério do Planejamento significou não apenas a derrota da orientação contencionista de Simonsen. As linhas centrais da política econômica foram redefinidas. O diagnóstico sobre a inflação e a receita terapêutica para debelá-la, também. A opção pelo endividamento externo consolida-se e recairá sobre o Setor Produtivo

Estatal o ônus de tal opção. O cenário internacional, extremamente desfavorável após a segunda crise do petróleo, diluiu ainda mais as bases de sustentação do projeto conduzido pelo autor de uma das mais divulgadas frases do período “é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. Se entre os anos 1968 e 1973 o “bolo cresceu” mas não foi dividido, nos anos 1980 nem mesmo chegou a crescer. A dose de fermento, consubstancializada nos empréstimos estrangeiros, não foi suficiente. A tentativa de reedição do “milagre”, diferentemente do que então era alardeado, deixou uma pesada herança que a década de 1980 terá que lidar.

Assim, como herança das diretrizes da política econômica das três décadas anteriores, a Nova República nasceu em um quadro de profundo desequilíbrio macroeconômico, caracterizado por um elevado endividamento externo, pela desestruturação do setor público, por elevados índices inflacionários e pela perda do dinamismo econômico.

A crise dos anos 1980 e a instabilidade econômica do momento refletiram-se diretamente na composição dos grupos que se alternaram no poder durante o Governo Figueiredo. Pela primeira vez desde 1964, dois projetos distintos foram implementados no mesmo Governo. Os embates entre Simonsen e Delfim refletem exatamente os dois projetos em disputa. A tentativa de reedição do “Milagre”, expressa nos papéis centrais exercidos por Delfim Neto e Ernani Galvêas (respectivamente Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Governo Médici) não se confirmou. Estava, pelo menos temporariamente, rompida a unidade do bloco no poder. Tal ruptura não foi resolvida durante o primeiro governo civil após mais de duas décadas de Ditadura. A instabilidade econômica do Governo Sarney não foi debelada pela euforia pelo “retorno da democracia”. Cenário funesto que já poderia ter sido vislumbrado

Anexo I – Trajetória Profissional e Política dos Agentes condutores das Principais Agências Econômicas do Governo Figueiredo.

Affonso Pastore

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Presidente Banco Central
Período	02/09/83 a 14/03/85
Formação Acadêmica	Economia (USP) Doutorado (USP)
Atuação nas Agências Estatais	Assessor do Secretário de Fazenda de SP (1966) Assessoria do Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda (1967-73) Secretário dos Negócios de Fazenda de São Paulo (1979) Membro do CMN (1983-85) Conselho de Administração do Banco do Brasil
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	NBER (1973-76) USAID (1974-76) IFRI (1975-76) Consultor do Comitê Empresarial Brasil - Estados Unidos (1977) Conselho Consultivo da Associação Brasileira das Indústrias Elétricas e Eletrônicas (1981)
Atividades Profissionais	Coordenador do Grupo de Pesquisas do IPEA (1970) Coordenador de Pesquisa do IPE /USP (1970-76) Professor FEA/USP (1972) Diretor de pesquisas FIPE (1973) Superintendente de estudos e pesquisas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior Conselho técnico do Instituto de Economia Gastão Vidigal (1980) Sócio fundador do escritório de consultoria Pastore & Associados (1985) Conselheiro consultivo da Caterpillar do Brasil (1985) Professor FGV e IBEMEC (1999) Conselho de Administração do Grupo Gerdau (2002)
Atuação Política Partidária	Filiação ao PDS

Carlos Brandão

Origem Regional	Minas Gerais
Cargo Público	Presidente do Banco Central

Período	15/03/79 a 17/08/79
Formação Acadêmica	Técnico em Administração e Liderança Executiva Técnico em Controle Monetário (EUA) Execução Orçamentária (França)
Atuação nas Agências Estatais	Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1953) Secretário geral CEPLAC (1957-69) Diretor Executivo do FUNDECE Conselho Diretor do IBMEC
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Criador do Centro de Pesquisa do Cacau (1957) Conselho Administrativo da ANDIMA Presidente ANDIMA (1982 / 1989-2002) Diretor IBPS (1985) Vice-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (1985) Diretor APEC (1987)
Atividades Profissionais	Investigador de Cadastro do Banco Itaú (1946) Diretor do Banco Econômico (1979) Diretor do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro (1985)
Atuação Política Partidária	

Carlos Geraldo Langoni

Origem Regional	Rio de Janeiro
Cargo Público	Presidente do Banco Central
Período	18/01/80 a 02/09/83
Formação Acadêmica	Economia (UFRJ) Mestrado e Doutorado (EUA)
Atuação nas Agências Estatais	Instituto de Planejamento Econômico e Social (1970) Diretor da Área Bancária do BACEN (1979) Membro do CMN (1980-83) Membro do CONCEX (1980-83)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Membro da equipe de economistas da Revista Times
Atividades Profissionais	Professor EPGE/FGV (1971) Professor USP (1971) Diretor do Centro de Economia Mundial da FGV (1989) Presidente Projeta Consultoria Financeira S/C Ltda (1989-2000) Consultor Vale do Rio Doce Diretor Souza Cruz

Atuação Política Partidária	Filiação ao PDS (1980)
------------------------------------	------------------------

Delfim Neto

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Ministro da Fazenda Ministro do Planejamento
Período	15/03/67 a 15/03/74 15/08/79 a 14/03/85
Formação Acadêmica	Economia (USP) Doutorado (USP)
Atuação nas Agências Estatais	DER (1948) Membro do CONSPLAN (1965) Membro do CNE Chefe da Secretaria da Fazenda de São Paulo (1966-1967) Embaixador na França (1975-1978) Ministro da Agricultura (1979) Empresa Brasil de Comunicação (2007/ 2009)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	IPES ANPES Assessor Econômico da Associação Comercial de São Paulo (1958) Presidência do Conselho Superior de Economia do Instituto Roberto Simonsen Membro do Conselho Orientador do IPEA (2008) Valor Econômico Folha de S. Paulo
Atividades Profissionais	Professor catedrático de economia brasileira da USP Vice-Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo (1958)
Atuação Política Partidária	Deputado Constituinte (1987/88 - PDS) Deputado Federal (1987-2007) Filiação ao PPR (1994) Filiação ao PPB (1995) Filiação ao PMDB (2005)

Ernane Galvêas

Origem Regional	Espírito Santo
Cargo Público	Presidente do Banco Central Ministro da Fazenda

Período	21/02/68 a 15/03 74 15/03/85 17/08/79 a 17/01/80	17/01/80 a
Formação Acadêmica	Contabilidade e Economia (México) Mestrado (EUA)	
Atuação nas Agências Estatais	Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1942) Chefe Adjunto do Departamento Econômico da SUMOC (1953-61) Secretário Executivo da Comissão Especial sobre Produtos Agrícolas (1961-62) Assistente Econômico do Ministério da Fazenda (1961-63 e 1965-66) Membro do Conselho Deliberativo da SUDENE (1962) Membro do Conselho Deliberativo da SUNAB (1962) Diretor da CACEX (1966) Presidente do Conselho Diretor IBMEC (1979)	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Consultor Econômico da Confederação Nacional de Comércio (1991)	
Atividades Profissionais	Engenheiro da Sociedade Comercial Construtora (1949-51) Contratado pelo BID (1962) Diretor Financeiro da Comissão de Marinha Mercante (1963-65) Vice-Presidente Aracruz Celulose (1974) Conselho Consultivo da Intercontinental Empreendimentos (1975) Professor Faculdade de Ciências Econômicas da Guanabara Acionário Cobesa Conselho Consultivo Aracruz Celulose (2008)	
Atuação Política Partidária	Filiação ao PDS (1980)	

Karlos Rischbiter

Origem Regional	Santa Catarina	
Cargo Público	Presidente Banco do Brasil	Ministro da Fazenda
Período	09/02/77 a 15/03/79	15/03/79 a 17/01/80
Formação Acadêmica	Engenharia Civil (UFPR) Especialização (Paris)	

Atuação nas Agências Estatais	Representante do Paraná no CONSPLAN (1965) Assessor do IBC (1966-72) Presidente Caixa Econômica Federal (1974-77) Conselho Presidente do IBC (1985) Conselho de Administração do Banco do Brasil BB (1996)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Presidente ALIDE (1977-79)
Atividades Profissionais	Chefe do Setor de Análises, Diretor Técnico de Investimentos e Diretor-Presidente da CODEPAR (1962-67) Diretor da Pafisa Crédito e Financiamento e Investimento (1967) Diretor-gerente da Paraná Comércio Adm. (1967-72) Presidente do BADEP (1972) Presidente Conselho Administrativo da Volvo (1980-94) Conselho Administrativo Ericsson, Philip Morris, Artex S.A. (Blumenau,SC), Refripar (Curitiba), Climax (São Carlos,SP), Sicom (São Carlos,SP), Lacta (São Paulo), Fiat Lux (Curitiba), Sadia, Batavo Conselho consultivo da Brasilinvest e do banco Bamerindus (Curitiba) Sócio-proprietário empresa Franca
Atuação Política Partidária	Assessoria Econômica do PFL

Mário Henrique Simonsen

Origem Regional	Rio de Janeiro
Cargo Público	Ministro da Fazenda Ministro do Planejamento
Período	15/03/74 a 15/03/79 15/03/79 a 10/08/79
Formação Acadêmica	Engenharia Civil (Universidade do Brasil) Engenharia econômica (Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil) Economia (Faculdade de Economia e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro)
Atuação nas Agências Estatais	Membro do Conselho de Administração do BNH (1965) Mobral (1970) Coordenação do CMN (1074-79)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Consultor da CONSULTEC (1960) IPES (1961) Diretor do Departamento Econômico da CNI (1961-65)

Atividades Profissionais	Professor Escola Nacional de Engenharia (1960) Professor CNE (1959-64) Professor IBRE-FGV (1961) Fundação do Banco Bozano, Simonsen (1961) Diretor da Credisan (1962-63) Diretor da EPGE-FGV (1965) Vice-Presidente do Banco Bozano Simonsen (1969) Conselho Consultivo da Cia. Docas de Santos (1967), da Souza Cruz (1968-74), Schering do Brasil (1981) Membro do Conselho Administrativo da Mercedes-Benz (1980), BANERJ (1980), Monteiro Aranha (1981) Vice-Presidente do IBRE-FGV (1979) Membro do Conselho do Citicorp (1979-95) Conselheiro da Souza Cruz, Xerox, Philipps Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cia. Bozano Simonsen, Comércio e Indústria (1980)
Atuação Política Partidária	PFL (1987)

Oswaldo Colin

Origem Regional	Santa Catarina
Cargo Público	Presidente Banco do Brasil
Período	16/03/79 a 17/03/85
Formação Acadêmica	Contabilidade Direito (Faculdade de Direito RJ)
Atuação nas Agências Estatais	Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1942-72) Presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil (1979) Membro do CMN Membro do CNCE
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	

Atividades Profissionais	A partir de 1985 atuou como membro dos conselhos de administração das seguintes empresas: Fundação Tupy S.A. e Metalúrgica Schulz S.A., ambas sediadas em Joinville; Eletromotores Weg S.A., sediada em Jaraguá do Sul (SC); Mecano Têxtil Buddemeyer Ltda., com sede em São Bento do Sul (SC); Berneck & Cia., sediada em Curitiba; Casas Sendas S.A. e Dinaco-Comércio e Participações Ltda., ambas sediadas na cidade do Rio de Janeiro. Atuou como chairman do Brazilian American Merchant Bank, com sede em Grand Cayman (Caribe), do European Brazilian Merchant Bank e do European Latin American Merchant Bank, sediados em Londres
Atuação Política Partidária	

Fontes: CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

DREIFUS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987 (Elaboração própria).